

Cultura, gênero e sexualidade:

Sujeitos, processos sociais
e práticas educativas



Joaquim dos Santos
Jessica Correia Duarte Nuvens
Antônio Carlos Dias de Oliveira
(Organizadores)

Atena
Editora
Ano 2021

Cultura, gênero e sexualidade:

Sujeitos, processos sociais
e práticas educativas



Joaquim dos Santos
Jessica Correia Duarte Nuvens
Antônio Carlos Dias de Oliveira
(Organizadores)

Atena
Editora

Ano 2021

Editora chefe

Profª Drª Antonella Carvalho de Oliveira

Editora executiva

Natalia Oliveira

Assistente editorial

Flávia Roberta Barão

Bibliotecária

Janaina Ramos

Projeto gráfico

Camila Alves de Cremo

Daphynny Pamplona

Gabriel Motomu Teshima

Luiza Alves Batista

Natália Sandrini de Azevedo

Imagens da capa

iStock

Edição de arte

Luiza Alves Batista

2021 by Atena Editora

Copyright © Atena Editora

Copyright do texto © 2021 Os autores

Copyright da edição © 2021 Atena Editora

Direitos para esta edição cedidos à Atena Editora pelos autores.

Open access publication by Atena Editora



Todo o conteúdo deste livro está licenciado sob uma Licença de Atribuição *Creative Commons*. Atribuição-Não-Comercial-NãoDerivativos 4.0 Internacional (CC BY-NC-ND 4.0).

O conteúdo dos artigos e seus dados em sua forma, correção e confiabilidade são de responsabilidade exclusiva dos autores, inclusive não representam necessariamente a posição oficial da Atena Editora. Permitido o *download* da obra e o compartilhamento desde que sejam atribuídos créditos aos autores, mas sem a possibilidade de alterá-la de nenhuma forma ou utilizá-la para fins comerciais.

Todos os manuscritos foram previamente submetidos à avaliação cega pelos pares, membros do Conselho Editorial desta Editora, tendo sido aprovados para a publicação com base em critérios de neutralidade e imparcialidade acadêmica.

A Atena Editora é comprometida em garantir a integridade editorial em todas as etapas do processo de publicação, evitando plágio, dados ou resultados fraudulentos e impedindo que interesses financeiros comprometam os padrões éticos da publicação. Situações suspeitas de má conduta científica serão investigadas sob o mais alto padrão de rigor acadêmico e ético.

Conselho Editorial**Ciências Humanas e Sociais Aplicadas**

Prof. Dr. Alexandre Jose Schumacher – Instituto Federal de Educação, Ciência e Tecnologia do Paraná

Prof. Dr. Américo Junior Nunes da Silva – Universidade do Estado da Bahia

Profª Drª Andréa Cristina Marques de Araújo – Universidade Fernando Pessoa

Prof. Dr. Antonio Carlos Frasson – Universidade Tecnológica Federal do Paraná

Prof. Dr. Antonio Gasparetto Júnior – Instituto Federal do Sudeste de Minas Gerais

Prof. Dr. Antonio Isidro-Filho – Universidade de Brasília



Prof. Dr. Arnaldo Oliveira Souza Júnior – Universidade Federal do Piauí
Prof. Dr. Carlos Antonio de Souza Moraes – Universidade Federal Fluminense
Prof. Dr. Crisóstomo Lima do Nascimento – Universidade Federal Fluminense
Profª Drª Cristina Gaio – Universidade de Lisboa
Prof. Dr. Daniel Richard Sant’Ana – Universidade de Brasília
Prof. Dr. Deyvison de Lima Oliveira – Universidade Federal de Rondônia
Profª Drª Dilma Antunes Silva – Universidade Federal de São Paulo
Prof. Dr. Edvaldo Antunes de Farias – Universidade Estácio de Sá
Prof. Dr. Elson Ferreira Costa – Universidade do Estado do Pará
Prof. Dr. Eloi Martins Senhora – Universidade Federal de Roraima
Prof. Dr. Gustavo Henrique Cepolini Ferreira – Universidade Estadual de Montes Claros
Prof. Dr. Humberto Costa – Universidade Federal do Paraná
Profª Drª Ivone Goulart Lopes – Istituto Internazionele delle Figlie de Maria Ausiliatrice
Prof. Dr. Jadson Correia de Oliveira – Universidade Católica do Salvador
Prof. Dr. José Luis Montesillo-Cedillo – Universidad Autónoma del Estado de México
Prof. Dr. Julio Candido de Meirelles Junior – Universidade Federal Fluminense
Profª Drª Lina Maria Gonçalves – Universidade Federal do Tocantins
Prof. Dr. Luis Ricardo Fernandes da Costa – Universidade Estadual de Montes Claros
Profª Drª Natiéli Piovesan – Instituto Federal do Rio Grande do Norte
Prof. Dr. Marcelo Pereira da Silva – Pontifícia Universidade Católica de Campinas
Profª Drª Maria Luzia da Silva Santana – Universidade Federal de Mato Grosso do Sul
Prof. Dr. Miguel Rodrigues Netto – Universidade do Estado de Mato Grosso
Prof. Dr. Pablo Ricardo de Lima Falcão – Universidade de Pernambuco
Profª Drª Paola Andressa Scortegagna – Universidade Estadual de Ponta Grossa
Profª Drª Rita de Cássia da Silva Oliveira – Universidade Estadual de Ponta Grossa
Prof. Dr. Rui Maia Diamantino – Universidade Salvador
Prof. Dr. Saulo Cerqueira de Aguiar Soares – Universidade Federal do Piauí
Prof. Dr. Urandi João Rodrigues Junior – Universidade Federal do Oeste do Pará
Profª Drª Vanessa Bordin Viera – Universidade Federal de Campina Grande
Profª Drª Vanessa Ribeiro Simon Cavalcanti – Universidade Católica do Salvador
Prof. Dr. William Cleber Domingues Silva – Universidade Federal Rural do Rio de Janeiro
Prof. Dr. Willian Douglas Guilherme – Universidade Federal do Tocantins



Cultura, gênero e sexualidade: sujeitos, processos sociais e práticas educativas

Diagramação: Camila Alves de Cremo
Correção: Yaiddy Paola Martinez
Indexação: Amanda Kelly da Costa Veiga
Revisão: Os autores
Organizadores: Joaquim dos Santos
Jéssica Correia Duarte Nuvens
Antonio Carlos Dias de Oliveira

Dados Internacionais de Catalogação na Publicação (CIP)

C968 Cultura, gênero e sexualidade: sujeitos, processos sociais e práticas educativas / Organizadores Joaquim dos Santos, Jéssica Correia Duarte Nuvens, Antonio Carlos Dias de Oliveira. – Ponta Grossa - PR: Atena, 2021.

Formato: PDF

Requisitos de sistema: Adobe Acrobat Reader

Modo de acesso: World Wide Web

Inclui bibliografia

ISBN 978-65-5983-772-4

DOI: <https://doi.org/10.22533/at.ed.724211412>

1. Cultura. I. Santos, Joaquim dos (Organizador). II. Nuvens, Jéssica Correia Duarte (Organizadora). III. Oliveira, Antonio Carlos Dias de (Organizador). IV. Título.

CDD 306

Elaborado por Bibliotecária Janaina Ramos – CRB-8/9166

Atena Editora
Ponta Grossa – Paraná – Brasil
Telefone: +55 (42) 3323-5493
www.atenaeditora.com.br
contato@atenaeditora.com.br



Atena
Editora
Ano 2021

DECLARAÇÃO DOS AUTORES

Os autores desta obra: 1. Atestam não possuir qualquer interesse comercial que constitua um conflito de interesses em relação ao artigo científico publicado; 2. Declaram que participaram ativamente da construção dos respectivos manuscritos, preferencialmente na: a) Concepção do estudo, e/ou aquisição de dados, e/ou análise e interpretação de dados; b) Elaboração do artigo ou revisão com vistas a tornar o material intelectualmente relevante; c) Aprovação final do manuscrito para submissão.; 3. Certificam que os artigos científicos publicados estão completamente isentos de dados e/ou resultados fraudulentos; 4. Confirmam a citação e a referência correta de todos os dados e de interpretações de dados de outras pesquisas; 5. Reconhecem terem informado todas as fontes de financiamento recebidas para a consecução da pesquisa; 6. Autorizam a edição da obra, que incluem os registros de ficha catalográfica, ISBN, DOI e demais indexadores, projeto visual e criação de capa, diagramação de miolo, assim como lançamento e divulgação da mesma conforme critérios da Atena Editora.



DECLARAÇÃO DA EDITORA

A Atena Editora declara, para os devidos fins de direito, que: 1. A presente publicação constitui apenas transferência temporária dos direitos autorais, direito sobre a publicação, inclusive não constitui responsabilidade solidária na criação dos manuscritos publicados, nos termos previstos na Lei sobre direitos autorais (Lei 9610/98), no art. 184 do Código penal e no art. 927 do Código Civil; 2. Autoriza e incentiva os autores a assinarem contratos com repositórios institucionais, com fins exclusivos de divulgação da obra, desde que com o devido reconhecimento de autoria e edição e sem qualquer finalidade comercial; 3. Todos os e-book são *open access*, *desta forma* não os comercializa em seu site, sites parceiros, plataformas de *e-commerce*, ou qualquer outro meio virtual ou físico, portanto, está isenta de repasses de direitos autorais aos autores; 4. Todos os membros do conselho editorial são doutores e vinculados a instituições de ensino superior públicas, conforme recomendação da CAPES para obtenção do Qualis livro; 5. Não cede, comercializa ou autoriza a utilização dos nomes e e-mails dos autores, bem como nenhum outro dado dos mesmos, para qualquer finalidade que não o escopo da divulgação desta obra.



APRESENTAÇÃO

Este e-book é resultado das pesquisas produzidas por diferentes estudiosos, de várias áreas do conhecimento e de diversas regiões do Brasil. Com a mesma relevância, o livro conta com capítulos assinados por investigadores estrangeiros, cujas análises são significativas para o rompimento de fronteiras espaciais e culturais a respeito do tripé que sustenta esta obra, pois as relações dialógicas entre diferentes saberes e sujeitos produtores de conhecimento científico são essenciais para o fortalecimento do debate e sua apropriação política, cultural, social, a fim de promover transformações sociais.

Os textos reunidos trazem à baila a compreensão do debate indissociável entre gênero, raça, classe e sexualidade. Esses marcadores sociais da diferença são postos estando imersos na(s) cultura(s), em seu amplo sentido: como modos de ser e viver o mundo. Como um mosaico constituído e marcado pelas diferenças, o livro agrega trabalhos de História, Educação, Direito, Psicologia, Economia, Linguística, Educação Física e Enfermagem. Isso reforça o caráter interdisciplinar e transdisciplinar desse debate.

Nessa trilha, há pesquisas sobre as desigualdades de gênero nas teorias de justiça; (in)visibilidade de gênero nos planos municipais de educação; sexualidades na pré-adolescência; construção das masculinidades e sofrimento psíquico; escritas de si de um professor negro; trajetórias de vidas de pais adolescentes; violência contra as mulheres e os mecanismos contra homens violentos; violência doméstica; gênero e políticas públicas de saúde; crime de importunação sexual; feminicídio e construção de santidade feminina; bonecas negras e processos de empoderamento; relações de gênero no mercado de trabalho; e transexualidade e esporte.

Desejamos que esses escritos sejam lidos e apropriados nos diferentes processos de lutas políticas, econômicas, sociais e culturais. Com a mesma relevância, almejamos que eles sejam pontes de comunicação para a formação de consciência crítica no tocante à equidade de gênero na contemporaneidade, bem como concernente ao enfrentamento das diversas formas de violências vividas por sujeitos considerados integrantes das “minorias” sociais.


Joaquim dos Santos
Jéssica Correia Duarte Nuvens
Antonio Carlos Dias de Oliveira

SUMÁRIO

CAPÍTULO 1..... 1

AS REPRESENTAÇÕES FEMININAS DA ANTIGUIDADE À IDADE MÉDIA E SUA EXCLUSÃO DO CONTRATO SOCIAL: AS DESIGUALDADES DE GÊNERO COMO OBJETO DAS MODERNAS TEORIAS DE JUSTIÇA

Katarina Karol Brazil de Melo Rocha

 <https://doi.org/10.22533/at.ed.7242114121>

CAPÍTULO 2..... 15

O CRIME DE IMPORTUNAÇÃO SEXUAL E A POPULARIZAÇÃO DAS TEORIAS FEMINISTAS


Júlia Salles Correia

 <https://doi.org/10.22533/at.ed.7242114122>

CAPÍTULO 3..... 26

A VIOLÊNCIA CONTRA A MULHER COMO PROBLEMA PÚBLICO: UMA ABORDAGEM PARA CONSTRUIR UM PROBLEMA, A GERAÇÃO DE UM MARCO JURÍDICO DE AÇÃO E INTERVENÇÃO COM HOMENS VIOLENTOS NO MÉXICO

Felipe Eduardo Reyes Pérez Silva

 <https://doi.org/10.22533/at.ed.7242114123>


CAPÍTULO 4..... 42

FORMAS DE PARTICIPAÇÃO FEMININA NA CONSTRUÇÃO DAS POLÍTICAS PÚBLICAS DE SAÚDE DA MULHER NO BRASIL E NO MUNDO

Aline Eggers

Roberto Vinícius Silva Saraiva

Evania Romanosky


 <https://doi.org/10.22533/at.ed.7242114124>

CAPÍTULO 5..... 53

VIOLÊNCIA DOMÉSTICA E A INTERFACE COM A RELAÇÃO DE GÊNERO E A GERAÇÃO

Sandra Natalie Silva


João Diógenes Ferreira dos Santos

 <https://doi.org/10.22533/at.ed.7242114125>

CAPÍTULO 6..... 64

'REPRESENTAÇÕES NEGRAS IMPORTAM': BONECAS DE MODA E AS REPRESENTAÇÕES DE MULHERES NEGRAS

Janaíne dos Santos Rolim


 <https://doi.org/10.22533/at.ed.7242114126>

CAPÍTULO 7..... 78

MARTÍRIO, CASTIDADE E FEMINICÍDIO NO CEARÁ: O CASO DE BENIGNA CARDOSO

Jéssica Correia Duarte Nuvens


Joaquim dos Santos

 <https://doi.org/10.22533/at.ed.7242114127>

CAPÍTULO 8..... 90

“VOCÊ TEM O DIREITO DE PERMANECER CALADO (A)”: A (IN)VISIBILIDADE DE GÊNERO NOS PLANOS MUNICIPAIS DE EDUCAÇÃO NO SEMIÁRIDO ALAGOANO


Amanda Monteiro Melo
Micheline Marques Alves
Fernanda Braga Peixoto

 <https://doi.org/10.22533/at.ed.7242114128>

CAPÍTULO 9..... 103

ESCRITOS AUTOBIÁGRICOS SOBRE A TRAJETÓRIA DE VIDA DE UM PROFESSOR AFRODESCENDENTE


Cláudio José Araújo Silva

 <https://doi.org/10.22533/at.ed.7242114129>

CAPÍTULO 10..... 116

O QUE É SER HOMEM? UMA ANÁLISE SOBRE A CONSTRUÇÃO SOCIAL DAS MASCULINIDADES


Diary Igor Panta Marques
Marcus Cezar de Borba Belmino

 <https://doi.org/10.22533/at.ed.72421141210>

CAPÍTULO 11..... 132

CUANDO EL EMBARAZO OCURRE EN LA ADOLESCENCIA – UNA VISIÓN DESDE LOS ADOLESCENTES VARONES


Ana Laura Cafaro Mango

 <https://doi.org/10.22533/at.ed.72421141211>

CAPÍTULO 12..... 143

SEXUALIDADE NA PRÉ-ADOLESCÊNCIA


Nolasco Marcela

 <https://doi.org/10.22533/at.ed.72421141212>

CAPÍTULO 13..... 154

O LUGAR DO TRANSGÊNERO NO OCTÓGONO: GAME FACE

Aline Aparecida de Souza Ribeiro
Natália Rodrigues Reis
Priscila Gonçalves Soares


 <https://doi.org/10.22533/at.ed.72421141213>

CAPÍTULO 14..... 164

IGUALDADE DE GÊNERO NA PARTICIPAÇÃO DO MERCADO DE TRABALHO FORMAL DE SANTARÉM: A ÓTICA DAS ADMISSÕES

Lorena de Sousa Marques
Tarcísio da Costa Lobato

Zilda Joaquina Cohen Gama dos Santos
Andréa Simone Rente Leão

 <https://doi.org/10.22533/at.ed.72421141214>

SOBRE OS ORGANIZADORES	177
ÍNDICE REMISSIVO.....	179

MARTÍRIO, CASTIDADE E FEMINICÍDIO NO CEARÁ: O CASO DE BENIGNA CARDOSO

Data de aceite: 01/12/2021

Jéssica Correia Duarte Nuvens

Secretaria Municipal de Educação de Santana
do Cariri
Santana do Cariri – Ceará
<http://lattes.cnpq.br/9816842047809408>

Joachim dos Santos

Universidade Regional do Cariri, Departamento
de História
Crato - Ceará
<http://lattes.cnpq.br/4970627821671141>

RESUMO: Este artigo apresenta reflexões sobre os usos do passado a partir do martírio de Benigna Cardoso, ocorrido em 1941, na zona rural de Santana do Cariri, no Cariri cearense. Fazendo uso de legislação oficial, de jornais e de escritos de autores conterrâneos e de narrativas de contemporâneos ao fato, a pesquisa problematiza a aprovação da Lei Estadual de n. 162/19, que institui o dia 24 de outubro como o Dia de Combate ao Feminicídio no Ceará. A data foi escolhida em alusão ao assassinato de Benigna Cardoso. O estudo indica como as apropriações deste caso colocam em cena a defesa da virgindade como valor maior, reproduzindo narrativas e práticas de dominação sobre os corpos femininos.

PALAVRAS-CHAVE: Santidade. Castidade. Morte trágica.

ABSTRACT: This article presents reflections on the uses of the past from the martyrdom of

Benigna Cardoso, which occurred in 1941, in the rural area of Santana do Cariri, in Cariri Ceará. Making use of official legislation, newspapers and writings by fellow countrymen and narratives of contemporaries to the fact, the research problematizes the approval of State Law n. 162/19, which institutes the 24th of October as the Day to Combat Femicide in Ceará. A piece of data chosen in reference to the murder of Benigna Cardoso. The study indicates how appropriations of this case bring into play the defense of virginity as a major value, reproducing narratives and practices of domination over female bodies.

KEYWORDS: Holiness. Chastity. Tragic death.

1 | INTRODUÇÃO

Em maio de 2019 a Assembleia Legislativa do Estado do Ceará aprovou o projeto de Lei Nº 162/19, que instituiu o dia 24 de outubro como o *Dia de Combate ao Feminicídio no Estado do Ceará*. A data faz alusão ao martírio de Benigna Cardoso da Silva, a ‘menina Benigna’, como é popularmente conhecida. Cearense natural de Santana do Cariri, cidade situada na região do Cariri, sul do estado, Benigna foi assassinada por um jovem da comunidade onde residia, durante uma tentativa de estupro.

A Lei mencionada insere a data no calendário oficial do estado do Ceará. Ela visa a realização de “campanhas, debates, seminários, palestras, entre outras atividades, para conscientizar a população sobre a importância

do combate ao feminicídio e as outras formas de violência contra a mulher”, como indica o Art. 2º da Lei.¹ Identificada pelos devotos como uma mártir, Benigna passou a ser, a partir de então, um símbolo do combate ao feminicídio no Ceará.

A aprovação do Projeto de Lei Nº 162/19 nasce no estado em apoio à Lei Nº 13.104/15, que tornou o feminicídio crime hediondo no Brasil. O feminicídio passou a ser tipificado como crime de gênero, e representa resposta às iniciativas de organizações sociais que lutam para que o poder público execute políticas mais eficazes no combate à violência de gênero no país. Essas iniciativas vêm somar-se à Lei Maria da Penha², que igualmente marcou o cenário da luta contra a violência de gênero. Frota (2012) nos conta que em legislação anterior a esta,

As agressões físicas e psicológicas sofridas pelas mulheres nas relações afetivas eram tratadas como lesões corporais leves, ameaças e injúrias, que, no final, obrigavam o agressor a apenas pagar cestas básicas. Apesar de o Código Penal Brasileiro trazer a relação entre pais, filhos e cônjuges como circunstâncias agravantes de penas, não trazia consigo a complexidade da violência doméstica (FROTA, 2012, p.134).

É necessário elucidar que a intenção aqui não é discordar da escolha da menina Benigna como símbolo da luta contra a violência de gênero. Nosso intuito é o de questionar o modo como sua história é por vezes usada. Entram em cena os usos do passado no presente. Observaremos que alguns discursos recorrentes em torno da sua morte acabam relegando à mulher a responsabilidade pela defesa de sua “honra”, sendo a mesma, muitas vezes, retratada como exemplo para as mulheres na contemporaneidade, entre outros fatores, pelo sacrifício de sua vida em defesa da sua castidade, como as narrativas oficiais e não oficiais mais conhecidas e difundidas a construíram.

Essas narrativas (escritas, orais, oficiais, imagéticas) ajudam a reforçar o ideal de mulher inocente e pura difundido pela Igreja, e que prevalece mesmo atualmente, como modelo que as mulheres “precisam” alcançar. Mas, com qual intuito o sofrimento de Benigna é analisado sob essa ótica? O que a ideia de que sua vida é exemplo para as meninas e mulheres diz em relação ao modo como elas são vistas na sociedade atual? Como esse discurso é tratado nas escolas, e com os(as) estudantes? E como sua história poderia ser recontada de modo a enfatizar as circunstâncias que levaram à sua morte, problematizando a vulnerabilidade e os riscos a que as meninas e mulheres estiveram, e estão, sujeitas?

Tais indagações estão aqui presentes na intenção de verificar também como

1 *Projeto de Lei Nº 162*, de 07 de maio de 2019. Institui o dia 24 de outubro como o dia de combate ao feminicídio no estado do Ceará. Disponível em: https://www2.al.ce.gov.br/legislativo/tramit2019/pl162_19.htm. Acesso em 02 de ago. 2019.

2 *Lei Nº 11.340*, de 7 de agosto de 2006. “Cria mecanismos para coibir a violência doméstica e familiar contra a mulher, nos termos do § 8º do art. 226 da Constituição Federal, da Convenção sobre a Eliminação de Todas as Formas de Discriminação contra as Mulheres e da Convenção Interamericana para Prevenir, Punir e Erradicar a Violência contra a Mulher; dispõe sobre a criação dos Juizados de Violência Doméstica e Familiar contra a Mulher; altera o Código de Processo Penal, o Código Penal e a Lei de Execução Penal; e dá outras providências”. Disponível em: http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/_ato2004-2006/2006/lei/11340.htm. Acesso em 11 de ago. 2020.

as continuidades do patriarcalismo e a influência católica se mantém na vanguarda da histórica necessidade de se controlar e disciplinar os corpos femininos, e como isso pode ser prejudicial na luta pelo respeito e valorização das mulheres. Nesse sentido, em sua análise relativa ao fenômeno da santificação do feminino no Cariri cearense, Polliana Barreto coloca que “o controle do corpo feminino é claramente uma bandeira hasteada pela literatura cristã e através de outros institutos formais erigidos com esse fim” (BARRETO, 2018, p.79).

2 | O MARTÍRIO DA CASTIDADE?

Entendemos que a barbárie vivida por Benigna denuncia a forma como meninas e mulheres foram, e são, tratadas na nossa sociedade, expostas a violências extremas e riscos constantes, dentro ou fora de casa. Seu martírio não é uma exceção, porém, dadas as circunstâncias em torno da sua história, é de conhecimento amplo e pode ser largamente difundido como símbolo da luta das mulheres por justiça e respeito.

Dadas as suas origens, uma parcela significativa da população da região do Cariri cearense costumeiramente reitera os estereótipos da mulher imaculada e virtuosa em oposição à mulher livre e pecadora, e para tal se utiliza do imaginário católico na difusão de mulheres que ascenderam à condição de santas mediante sofrimento e luta pela manutenção de sua castidade. Desse modo, ela segue perpetuando a valorização da honra, em detrimento da vida. Em sua tese, Barreto nos apresenta essa perspectiva, acrescentando que

O Cariri vivencia casos de violência e coleciona santas que foram violentadas em seus corpos e em sua dignidade. (...) Para ser santa no Cariri, alguns elementos se fazem necessários, antes de tudo o sofrimento. Vida e Morte de expiação é a condição para a Santidade, logo viver em meio ao cenário de dor elege o feminino à possibilidade de divinização (BARRETO, 2018, p.104).

A região do Cariri manifesta outros casos nos quais essa supervalorização da honra punia/pune tragicamente mulheres que fugiam/fogem da norma, a exemplo do assassinato de Rufina, ocorrido na ruralidade de Porteiras (SANTOS, 2021). Rufina foi construída no imaginário religioso dos seus devotos como “(...) uma jovem muito bela, de cor branca e de longos cabelos” (SANTOS, 2009, p.88). Natural de Barbalha, ela “teria padecido de grande sofrimento no momento da morte, ocorrida em meados do século XIX.

Na tradição oral dos fiéis, Rufina teria sido alvo de morte encomendada pela esposa do homem com quem a mesma teria um relacionamento amoroso. Não bastando, porém, a morte física de Rufina, seu algoz a teria cortado em pedaços. Segundo as narrativas orais problematizadas por Santos, Rufina

(...) teria um relacionamento amoroso com um homem casado, residente nas terras barbalhenses. Ele teria providenciado sua mudança, escondida em meio a variados produtos (...). Ela teria sido levada por um dos seus trabalhadores,

identificado como “nego”. Sua esposa seria a culpada da morte, pois teria ordenado que seguisse e matasse Rufina (SANTOS, 2009, p.89-90).

O local do martírio apontado foi marcado por uma cruz, conhecida como *Cruz da Rufina*, para onde devotas e devotos empreendem peregrinação em busca de milagres e da intercessão de Rufina. Sua trágica morte ocorre num contexto onde o comportamento considerado inadequado para uma mulher, é justificativa para punição de “igual gravidade” (SANTOS, 2021).

Acontecimento semelhante ao de Benigna é contado por Barreto (2018), que narra a tragédia sucedida com a jovem de 13 anos, Francisca do Socorro. O crime aconteceu em 1943 na cidade de Milagres, região do Cariri e, segundo menciona Barreto, Francisca do Socorro “foi estuprada e morta quando buscava água para o consumo da família num poço próximo de casa” (BARRETO, 2018, p.105-106). De forma semelhante ao que se deu na história da menina Benigna, “a comunidade viu se organizar o culto em torno de Francisca e se multiplicarem as narrativas acerca de sua morte” (BARRETO, 2018, p.106).

A história de Benigna, por sua vez, nasce e se desenrola na cidade de Santana do Cariri. Esta é uma cidade centenária com população estimada em 17.622 habitantes (IBGE, 2017). Sua principal atividade econômica é a agricultura de subsistência, seguida pelo comércio. Foi ainda nesta cidade de onde saiu a primeira prefeita do estado do Ceará, e a segunda do Brasil, a senhora Generosa Amélia da Cruz (NUVENS, 2020).

Nascida no dia 15 de outubro de 1928 na localidade rural de Inhumas, Benigna era a mais nova de quatro filhos de um casal de agricultores. Aos três anos de idade ela e seus irmãos ficaram órfãos, tendo sido adotados logo em seguida pela família proprietária das terras onde os pais trabalhavam. De acordo com as narrativas construídas a respeito de sua vida, desde pequena, Benigna ajudava nas tarefas domésticas, era descrita como uma menina “extremamente religiosa e temente a Deus (...) não perdia as missas e fazia penitências” (CIDRÃO, 2014, p.12).

Segundo investigação realizada pelo professor Sandro Cidrão (2014) com pessoas contemporâneas da menina, Benigna sofria constantes assédios de um rapaz de sua localidade, que não aceitava suas recusas, fato este que chegou ao conhecimento das tias. Informado dos assédios que Benigna sofria, o padre Cristiano Coelho orientou que a menina passasse a estudar em Santana do Cariri, sede do município, distante da localidade de Inhumas cerca de 2 km (dois quilômetros), na tentativa de afastá-la das ameaças do rapaz.

Em 24 de outubro de 1941, poucos dias após completar 13 anos de idade, enquanto buscava água na cacimba (poço artesanal comum nas áreas rurais) - hoje ponto de peregrinação de fiéis - o agressor a abordou e, diante de nova recusa, tentou abusar sexualmente de Benigna, agredindo-a brutalmente até a morte. O professor Raimundo Sandro Cidrão relata que:

Raul, que tinha nessa época (...) 15 anos de idade, ao perceber que Benigna nada aceitaria com ele, foi tomado pelo ódio feroz; sacou de um facão atroz e a golpeou cortando-lhe os dedos da mão. Ela relutou de forma sobre humana contra seu algoz, preferindo morrer a pecar contra a castidade. Depois disso, foi atingida na testa, nas costas e, por fim no pescoço, cujo golpe deixou-lhe a cabeça quase decepada (CIDRÃO, 2014, p.20).

Dada a barbaridade do crime e o contexto no qual ocorrera, a morte de Benigna chocou a população e causou grande comoção. Nas entrevistas apuradas por Cidrão (2014) há relatos de que ela era conhecida por ser uma criança bondosa e dedicada aos assuntos da fé. Esses aspectos em relação à sua vida, e o modo como fora morta, acabaram por transformar seu martírio em um episódio que marcaria a memória daquele lugar. O assassino foi capturado dias depois e posteriormente julgado e condenado. Ele chegou a retornar ao local do crime anos depois, confessando arrependimento pelos seus atos (CIDRÃO, 2014, p.20-21).

Em outubro de 2019, o Papa Francisco autorizou a beatificação da menina Benigna.³ O processo está em curso. As razões que levaram à busca pela beatificação de Benigna estão relacionadas ao modo como levou sua vida, a milagres que teriam ocorrido sob sua intervenção, e pela sua luta em defender-se do estupro impetrado pelo assassino. Segundo nos conta Cidrão, Benigna “lutou heroicamente para se defender do ato pecaminoso, que no seu entender cristão ofenderia seu corpo” (CIDRÃO, 2014, p.20). As informações acerca de como se deu a abordagem do assassino, a luta e últimas palavras de Benigna contam como única fonte o próprio algoz da menina.

Além do modo como foram mortas, e da motivação para os crimes, há algumas similaridades a serem consideradas entre os assassinatos da menina Benigna e de Francisca do Socorro: ambas meninas pobres, com idades semelhantes, e mortas no mesmo tipo de ambiente. Porém, esses aspectos são marcados por mais que coincidências, como enfatiza Barreto:

O interior do Nordeste brasileiro é marcado pela violência tendo o Gênero como elemento recorrente, bem como a Dominação Masculina. Num território marcado pela escassez de políticas públicas de acesso à água potável, o abastecimento de água para o consumo humano era muitas das vezes uma responsabilidade das mulheres jovens e crianças, que se expunham em lugares ermos em busca desse bem (BARRETO, 2018, p.106-107).

O projeto de Lei Nº 162/19 busca a história do martírio de Benigna como forma de lembrar a todos à violência a qual estão sujeitas as meninas e mulheres. No entanto, o esforço da Igreja em estabelecer a valorização da castidade de Benigna como foco de sua história de vida, pode imprimir contradições a essa luta. A imagem da mulher casta, resoluta e subserviente é um ideal quase inalcançável para os padrões atuais, porém, continua sendo o estereótipo difundido por essa instituição.

³ Ver em: <https://g1.globo.com/ce/ceara/noticia/2019/10/03/papa-francisco-autoriza-beatificacao-de-benigna-cardoso-que-sera-a-primeira-beata-cearense.ghtml>. Acesso em 02 de dez. 2021.

Nos processos de construção oficial de santidade, a virtuosidade e exemplaridade são elementos há séculos usados por ela para afirmar a excepcionalidade do(a) santo(a). Soma-se a isso os casos de martírio. O sofrimento extremo na hora da morte purifica o corpo e a alma. O sofrer promove o merecimento de santidade aos olhos de Deus (SANTOS, 2021, 2009).

Usar as figuras de santas para estabelecer um padrão de vida que as mulheres, em tese, deveriam levar, ocasiona um desencontro entre os objetivos propostos na Lei N° 162/19 e os objetivos da Igreja, que insiste na segregação de mulheres nos dois extremos, santa ou pecadora. Portanto, compreendemos que os usos do passado de Benigna sofrem essa contradição/apropriação, e ao que parece, dados os contextos sociais e culturais locais, estamos longe de conseguir que esse discurso seja desconstruído. No que tange essa contradição e apropriação engendrada pela Igreja, Gama nos diz que

As imagens de Maria e de Eva iam sendo construídas com o objetivo de conservar os atributos "naturais" do ser feminino, e identificar as consequências de um comportamento "anormal". O modelo "mariano" implementado pela Igreja era o perfil da mulher ideal. Através da imagem de Maria, acreditava-se na continuidade do papel tradicional atribuído ao sexo feminino: frágil, mãe, submissa, virgem e desprovida de desejos carnis (GAMA, 2006, p. 102).

As publicações referentes à história de vida de Benigna denunciam a busca eclesiástica pela padronização do estereótipo feminino de mulher casta e subserviente. Em entrevista ao *Jornal O Povo*, em 2011, o padre Neri Feitosa, vigário de Santana do Cariri entre os anos 1978 e 1980, e que concedeu depoimento no processo de beatificação da menina Benigna, teria dito que por meio de carta questionou o assassino Raul: "O que aconteceu? Ela cedeu ou morreu inocente?" Ao que o criminoso teria respondido: "Não padre. Ela foi muito virtuosa. Não cedeu coisa nenhuma" (CIDRÃO, 2014, p.24).

Essa passagem do depoimento do padre deixa claro a total relevância atribuída à virgindade e pureza da menina. Aqui vê-se que não há questionamento em relação a ação do estuprador, mas sim a determinação da menina em se defender. Nesse interim, a história de Benigna nos dá mostras de como o pensamento misógino de responsabilizar à vítima pela manutenção de sua honra, fragiliza a segurança das mulheres. Apesar de ter sido preso, julgado e condenado pelo crime que cometera, o assassino de Benigna desempenhou importante papel no processo de estabelecimento da santidade da menina, uma vez que somente ele poderia ter dado testemunho do esforço dela em defender-se do *pecado*.

A luta contra a violência de gênero não deve ser confundida com a busca pela valorização da inocência da mulher. Ainda que entre elas existam aquelas que vejam na castidade um valor moral, esta não pode ser a principal bandeira de defesa das mulheres. O que a Igreja fez e faz ao supervalorizar a castidade, acima de tudo, foi (e é) justamente reforçar que o valor das mulheres reside nessa virtude. A pergunta do padre feita ao

assassino de Benigna levanta uma questão: se, durante a luta por sua vida, Benigna não tivesse logrado êxito em se defender do estupro, ela seria menos santa? Deixaria de ser a heroína da castidade por não ter conseguido se defender o suficiente?

Benigna não foi uma vítima apenas de Raul, fora igualmente vitimada pela vulnerabilidade feminina consolidada pelo patriarcalismo rural associado à Igreja. Sua história, assim como a de tantas outras meninas, ocorre em um ambiente onde o corpo feminino é visto como objeto de poder e controle social. Controlar os corpos femininos é expressar poder. Monsenhor Vitaliano Mattioli, postulador da causa de Benigna, relata que o assassino teria dito, antes de matar a jovem, que “já que Benigna não será minha, ela não será de mais ninguém” (MATTIOLI, 2014, p.70).

Frase similar teria sido proferida no recente caso de feminicídio em Santana do Cariri, ocorrido em julho de 2019, quando um ex-marido ceifou a vida de sua ex-esposa a golpes de facas, na presença dos filhos pequenos.⁴ Discursos de posse como esses são comuns entre os casos de feminicídio, uma vez que naturalizou-se a ideia de que as mulheres, quando não estão sob posse de seus pais e/ou irmãos, são propriedades de seus maridos e companheiros. Desprovidas do exercício de sua liberdade e do controle do próprio corpo, as mulheres encontram-se constantemente sob a sombra de ameaças como essa (SOIHET, 2002).

Manter as mulheres afastadas dos perigos e pecados associados à carne aparentemente seria a única barreira de “proteção” contra assédios, como os vividos por Benigna. Isolar as mulheres, guardá-las, escondê-las, vigiá-las e dar-lhes ocupações domésticas e religiosas suficientes para que dessa forma percam a sua castidade somente no tempo certo, e com o marido cuidadosamente escolhido, seria, portanto, a forma ideal de educá-las. São continuidades de comportamentos que remota ao processo de formação da sociedade colonial. Emanuel Araujo, ao abordar a sexualidade feminina na América portuguesa, afirma que

Das leis do Estado e da Igreja, com frequência bastante duras, à vigilância inquieta de pais, irmãos, tios, tutores, e à coerção informal, mas forte, de velhos costumes misóginos, tudo confluía para o mesmo objetivo: abafar a sexualidade feminina que, ao rebentar as amarras, ameaçava o equilíbrio doméstico, a segurança do grupo social e a própria ordem das instituições civis e eclesiásticas (ARAUJO, 2018, p.45).

Seguindo esse pensamento, acreditamos que agressores como Raul não sentem-se responsabilizados em “vigiar” a sua própria sexualidade, ou desejos, ou qualquer tipo de pensamento e/ou ato “pecaminoso”. Pois não só é dado ao homem tal liberdade, como também, diante de atrocidades como a sucedida com Benigna, os debates e indagações ocupam-se mais com a pureza e luta da menina, do que com as intenções e motivações

⁴ Ver: *Mulher é morta a facadas na frente dos filhos pelo ex-companheiro, em Santana do Cariri*. Disponível em: <<https://diariodonordeste.verdesmares.com.br/seguranca/mulher-e-morta-a-facadas-na-frente-dos-filhos-pelo-ex-companheiro-em-santana-do-cariri-1.2127307>>. Acesso em 11 ago. 2020.

do assassino; além de deixá-lo, isto posto, longe do julgamento moral. Outrossim, desconsidera-se o debate em torno do poder quanto aos corpos femininos, e das reais motivações que desencadeiam violências tão extremas, motivações essas que estão além da sexualidade como fator determinante.

Para além do Cariri, relatos semelhantes ao de Benigna emergem pelo Brasil, a exemplo da carioca Aída Cury e da catarinense Albertina Berkenbrock. Chamada de a “Maria Goretti brasileira”⁵, Albertina era “(...) descendente de imigrantes alemães, e nascida na pequena comunidade de São Luiz, na cidade de Imaruí (...)” (RIBAS, 2009, p.178), Santa Catarina. Em 15 de junho de 1931, aos 12 anos de idade, foi assassinada por um conhecido da família após tentativa de estupro. Ribas (2009) relata que, semelhante ao que se passa no processo de construção das narrativas em torno de Benigna,

Na biografia de Albertina, dois são os eixos centrais que sustentam a representação de sua santidade: a luta por manter sua virgindade e o seu martírio. (...) a linguagem utilizada para a produção desta narrativa é dotada de uma intensa dramaticidade, fundamentada em um maniqueísmo, um dualismo entre as forças do “bem” e as forças do “mal”, onde a tragédia transforma-se em benção, uma vez que é “escolhida” em lugar do pecado (RIBAS, 2009, p.190).

Albertina Berkenbrock tornou-se a mártir da castidade catarinense, e tal como Benigna e Francisca do Socorro a “(...) sua grande virtude foi a defesa de sua virgindade, preferindo a morte do que entregar sua “pureza” a seu agressor (...)” (RIBAS, 2009, p.191). Discurso análogo foi igualmente construído a partir do assassinato de Aída Cury de 18 anos de idade, em julho de 1958, no Rio de Janeiro.

Segundo investigação realizada pela polícia, a moça caminhava na companhia da amiga por uma rua de Copacabana, quando foram abordadas pelos assassinos. Após ser levada ao 12º andar de um prédio, Aída fora severamente agredida por resistir à tentativa de estupro, e então jogada do terraço.⁶ Dois dos seus assassinos, assim como a própria Aída, eram jovens da classe média carioca, o que ajudou a repercutir o caso por todo o país. Lage & Nader afirmam que o caso de Aída,

(...) marcou fortemente todas as adolescentes da época, funcionando como uma advertência sobre o que poderia ocorrer se aceitassem convites de rapazes para irem a lugares onde “moças de família” não deveriam ir (LAGE; NADER, 2018, p.294).

Segundo resumo biográfico elaborado a partir do livro “Aída Curi, a jovem heroína

5 A expressão pode ser encontrada em matéria do jornal online *Notisul*. No subtítulo da matéria, Albertina ainda é chamada de “mártir da castidade”, e no decorrer do texto subtítulos enfatizados como: “Albertina resistiu bravamente e não cedeu” aparecem reproduzindo o discurso ao qual nos referimos, e que coincidem com àqueles construídos em torno do martírio de Benigna. Ver [online]: DIAS, Liliene. *Quem é a mártir da pureza Albertina Berkenbrock, a “Maria Goretti brasileira”*. NOTISUL. jun. 2019. Disponível em: <https://notisul.com.br/geral/quem-e-a-martir-da-pureza-albertina-berkenbrock-a-maria-goretti-brasileira/>. Acesso em 14 de ago. 2020.

6 BAYER, D. *Na série “Julgamentos Históricos”: Aída Curi, o Juri que marcou uma época*. Disponível em: <http://www.justificando.com/2015/03/13/na-serie-julgamentos-historicos-aida-curi-o-juri-que-marcou-uma-epoca/>. Acesso em: 02 de ago. 2019.

de Copacabana” (1960), de autoria de Monsenhor Maurício Curi, irmão de Aída: “Todas as pessoas que a conheceram de perto, mormente suas amigas e professoras, são unânimes em afirmar sua retidão, e em declarar que Aída morreu mártir, fiel ao Senhor”.⁷ No mesmo resumo biográfico é mencionado um depoimento do então Bispo auxiliar do Rio de Janeiro, Dom Hélder Câmara:

É certo ou errado, absurdo ou cabível aproximar o nome de Aída Curi, de Maria Goretti? (...) A estudante brasileira «não vacilou em perder a vida (ou em linguagem cristã, ganhá-la!) para salvar sua virtude.⁸

Além das características consideradas santas atribuídas às vítimas aqui trazidas, outro fato se repete entre os casos. Durante a já mencionada entrevista do *jornal O Povo* com o padre Neri Feitosa, o vigário teria feito a mesma comparação realizada pelo então bispo, hoje Dom Helder Câmara: “Achei a história da Benigna muito parecida com a de Santa Maria Goretti, na Itália” (CIDRÃO, 2014, p.24).

Maria Goretti foi uma italiana nascida em 1890. Aos 11 anos de idade foi assassinada “enquanto defendia até o martírio a virtude angélica”.⁹ O desenrolar da sua história segue roteiro similar aos anteriores, como observou o vigário durante sua entrevista. Menina pobre, órfã de pai, piedosa e dedicada à Igreja, passou a ser assediada por um jovem mais velho, que por questões ocupacionais da família morava na mesma casa que a menina. Santa Maria Goretti foi canonizada pelo Papa Pio XII, em 24 de junho de 1950.¹⁰

3 | CONSIDERAÇÕES FINAIS

No caso estudado da Benigna, bem como nos outros que atravessaram essa escrita, podemos constatar que a santidade está atrelada à desesperada luta não contra o estupro em si, não contra o ato bárbaro e violento empreendido pelos agressores, mas, está centrada no esforço para a manutenção da pureza, da castidade. Para a Igreja, a luta dessas meninas não foi contra a violência extrema, mas contra o pecado. “Foi para defender sua pureza que ela preferiu morrer(...)” (RAFAEL, 2014, p.53). Segundo esse pensamento, não foi Raul, o assassino, quem escolheu tirar a vida de Benigna: ela mesma escolheu a morte.

Sendo assim, ainda que armado com facão, e havendo planejado o ataque, ou mesmo tentando estuprar a menina, a responsabilidade pela morte de Benigna não foi dele, mas sim da própria menina. Essa transferência de culpa minimiza a participação do assassino, para que a heroína possa surgir. Lutar pela própria integridade física até a morte é um ato heroico por si só, sem que isso desperte o entendimento de que o medo de pecar

7 LUIZA, E. *52 anos da morte da jovem Aída Curi*. Disponível em: <http://www.santosdobrasil.org/?system=news&action=read&id=374&eid=142>. Acesso em 02 ago. 2019.

8 LUIZA, E. *52 anos da morte da jovem Aída Curi*. Disponível em: <http://www.santosdobrasil.org/?system=news&action=read&id=374&eid=142>. Acesso em 02 ago. 2019.

9 REVISTA ARAUTOS. *Santa Maria Goretti*. Disponível em: <http://revistacatolica.com.br/ensinamentos/historia-dos-santos/santa-maria-goretti/>. Acesso em 02 de ago. 2019.

10 Ibidem. Acesso em: 02 ago. 2019.

tenha sido maior que o medo da dor e da violência. E é neste ponto que reside a questão levantada a respeito da Lei estadual mencionada anteriormente. É necessário termos em mente que a luta contra o feminicídio não pode se confundir com a luta pela castidade.

Dadas as similaridades que envolvem a morte dessas mulheres e meninas, bem como a “santidade como elemento de intercessão” (BARRETO, 2018, p.105) e principais motivadoras de sua popularidade, é válido questionar se estariam as mulheres, diante desta perspectiva, reduzidas à sua honra. De que forma esse pensamento se reflete entre aqueles alcançados por essas narrativas? A difusão de histórias de vida de santas martirizadas, com foco na propagação de seus exemplos de sacrifício, não ameniza a responsabilidade dos agressores, uma vez que o exemplo aqui estende-se quase que exclusivamente às meninas e mulheres? Para Barreto,

(...) a virgindade e a defesa da própria honra são elementos que divinizam o ser feminino, naturalmente tendencioso ao pecado da carne, já que a exemplo de Eva teria a mulher o poder de fascinar os homens levando-os ao erro (BARRETO, 2018, p.79).

Dito isto, é necessário salientar que não intencionamos esgotar essa discussão, nem tampouco tecer críticas à santidade de nenhuma das vítimas citadas. Há muitas outras questões que podem e devem ser levantadas em torno deste tema. A pretensão aqui é de evidenciar como os usos do passado referentes à história da menina Benigna coloca em cena a reafirmação da responsabilidade das mulheres na defesa de sua castidade e de sua vida.

Talvez dessa maneira a santidade de Benigna continue sendo cultuada livremente entre seus fiéis, mas, ao mesmo tempo, a reflexão crítica em torno de seu martírio possa, de fato, cumprir às sugestões levantadas pela Lei Nº162/19. O combate ao feminicídio no Ceará ganhou uma “cara”, a de Benigna, e através dela a sociedade poderá discutir a igualdade de gênero e o combate ao feminicídio de forma ampla. Um importante avanço na luta das mulheres, que deve ser explorado ao máximo por aqueles comprometidos com esta pauta, bem como pelos demais sujeitos do nosso tempo, afinal, essa é uma demanda urgente, não apenas das meninas e mulheres, mas também de todas as pessoas que desejam uma sociedade mais justa, igualitária e humana.

REFERÊNCIAS

ARAUJO, Emanuel. A Arte da sedução: sexualidade feminina na colônia. In: PRIORE, M. D. (Org.). **História das Mulheres no Brasil**. 10.ed. São Paulo: Contexto, 2018. pp.45-77.

BARRETO, Polliana de Luna Nunes. **Educação e Santidade**: as representações do feminino na região do Cariri cearense. 2018. 220f. Tese (Doutorado em Educação) – Faculdade de Educação - Universidade Federal do Ceará, Fortaleza, 2018.

CIDRÃO, Raimundo Sandro. **Resgatando uma História de Fé**: Benigna. Crato: Control P Soluções Gráficas, 2014.

FROTA, Maria Helena de Paula (et. al.). **Assassinato de Mulheres no Ceará**. Fortaleza: EdUECE; EDMETA, 2012.

GAMA, Cícera Antonia Cordeiro Brito. Flores de Lisieux: a construção da sexualidade feminina nas instituições educacionais da cidade do Crato, entre as décadas de 40 e 60 do século XX. In: MARQUES, R. (Org.). **Os Limites do Gênero** – Estudos Transdisciplinares. Fortaleza: Expressão gráfica e editora Ltda., 2006. pp.99-114.

LAGE, Lana; NADER, Maria Beatriz. Da legitimação à Condenação Social. In: PINSKY, C. B.; PEDRO, J. M. (Org.). **Nova História das Mulheres no Brasil**. 1.ed. São Paulo: Contexto, 2018. pp.286-312.

MATTIOLI, Vitaliano. O Martírio de Benigna. In: CIDRÃO, R. S. **Resgatando uma História de Fé: Benigna**. Crato: Control P Soluções Gráficas, 2014.

NUVENS, Jessica Correia Duarte. **O combate à violência de gênero na escola: propostas para o ensino de História**. 2020. 210f. Dissertação de Mestrado – Universidade Regional do Cariri, Crato, 2020.

RAFAEL, Armando Lopes. Dados sobre Benigna. In: CIDRÃO, R. S. **Resgatando uma História de Fé: Benigna**. Crato: Control P Soluções Gráficas, 2014. pp.46-54.

RIBAS, Ana Cláudia. **A “boa imprensa” e a “sagrada família”**: sexualidade, casamento e moral nos discursos da imprensa católica de Florianópolis - 1929/1959. 2009. 250f. Dissertação de Mestrado – Universidade do Estado de Santa Catarina, Florianópolis, 2009.

SANTOS, Joaquim dos. **Cruz da Rufina**: história e tradição oral. Curitiba: CRV, 2021.

SANTOS, Cícero Joaquim dos. **No entremeio dos mundos**: tessituras da morte da Rufina na tradição oral. 2009. 227f. Dissertação (Mestrado em História) – Centro de Humanidades, Universidade Estadual do Ceará, Fortaleza, 2009.

SOIHET, Rachel. O corpo feminino como lugar de violência. **Proj. História**, São Paulo, n.25, 2002. pp.269-289.

BRASIL. **Lei Nº 11.340, de 7 de agosto de 2006**. Cria mecanismos para coibir a violência doméstica e familiar contra a mulher, nos termos do § 8º do art. 226 da Constituição Federal, da Convenção sobre a Eliminação de Todas as Formas de Discriminação contra as Mulheres e da Convenção Interamericana para Prevenir, Punir e Erradicar a Violência contra a Mulher; dispõe sobre a criação dos Juizados de Violência Doméstica e Familiar contra a Mulher; altera o Código de Processo Penal, o Código Penal e a Lei de Execução Penal; e dá outras providências. Brasília: Senado Federal. Disponível em: http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/_ato2004-2006/2006/lei/11340.htm. Acesso em 11 de ago. 2020.

BRASIL. **Feminicídio. Altera o art. 121 do Decreto-Lei nº 2.848, de 7 de dezembro de 1940** - Código Penal, para prever o feminicídio como circunstância qualificadora do crime de homicídio, e o art. 1º da Lei nº 8.072, de 25 de julho de 1990, para incluir o feminicídio no rol dos crimes hediondos, nº 13.104, de 9 de março de 2015. Brasília: Senado Federal, 2020.

SANTANA DO CARIRI. **LEI Nº 848, de 16 de outubro de 2018**. Institui a Semana Municipal de ações voltadas ao combate à discriminação de gênero nas instituições de ensino do município de Santana do Cariri. Santana do Cariri: Câmara municipal, 2020. Disponível em: < http://www.camarasantanadocariri.ce.gov.br/arquivos/93/Leis_848_2018_0000001.pdf>. Acesso em 16 de jan. 2020.

BAYER, Diego. Na série "Julgamentos Históricos": Aida Curi, o Júri que marcou uma época. Justificando. 2015. Disponível em: <http://www.justificando.com/2015/03/13/na-serie-julgamentos-historicos-aida-curi-o-juri-que-marcou-uma-epoca/>. Acesso em 02 de ago. 2019.

DIÁRIO DO NORDESTE. Mulher é morta a facadas na frente dos filhos pelo ex-companheiro, em Santana do Cariri. Diário do Nordeste. 2019. Disponível em: < <https://diariodonordeste.verdesmares.com.br/seguranca/mulher-e-morta-a-facadas-na-frente-dos-filhos-pelo-ex-companheiro-em-santana-do-cariri-1.2127307>>. Acesso em 11 de ago. 2020.

DIAS, Liliane. Quem é a mártir da pureza Albertina Berkenbrock, a "Maria Goretti brasileira". NOTISUL. jun. 2019. Disponível em: <https://notisul.com.br/geral/quem-e-a-martir-da-pureza-albertina-berkenbrock-a-maria-goretti-brasileira/>. Acesso em 14 de ago. 2020.

IBGE. **Santana do Cariri/Ceará/Brasil**. IBGE Cidades. 2017. Disponível em: <https://cidades.ibge.gov.br/brasil/ce/santana-do-cariri/panorama>. Acesso em 24 de fev. 2019.

LUIZA, Eva. 52 anos da morte da jovem Aída Curi. Santos do Brasil. 2008. Disponível em: <http://www.santosdobrasil.org/?system=news&action=read&id=374&eid=142>. Acesso em 02 de ago. 2019.

REVISTA ARAUTOS. Santa Maria Goretti. [201?]. Disponível em: <http://revistacatolica.com.br/ensinamentos/historia-dos-santos/santa-maria-goretti/>. Acesso em 02 de ago. 2019.

ÍNDICE REMISSIVO

A

Abuso sexual 11, 53, 58, 59, 60, 61, 63, 117, 146

Acesso à justiça 15

Adolescência 107, 109, 125, 142, 143, 144, 145, 147, 148, 149, 151, 152

Adolescente 53, 132, 133, 134, 136, 138, 140, 143, 144, 145, 146, 147, 149, 150, 151, 152

Afrodscendente 103, 108, 113, 114

Agressores masculinos 26, 30

Ansiedade 58, 116, 117, 125, 126, 127, 130, 131

Arima 164, 169, 170, 171, 172

B

Bonecas da moda 64

C

Castidade 78, 79, 80, 82, 83, 84, 85, 86, 87

Conselhos de saúde 42, 44, 45, 50, 51

Contrato social 1, 5, 6, 7, 13, 118

Criança 50, 53, 55, 58, 59, 64, 73, 75, 82, 120, 144, 145, 151

D

Desigualdades de gênero 1, 46

Direito internacional 42, 51

E

Empoderamento feminino 64, 65

Experiências 18, 22, 23, 24, 30, 34, 51, 66, 68, 69, 70, 96, 103, 104, 110, 112, 113, 114, 116, 117, 123, 129, 143, 144, 148

F

Fallon fox 154, 156, 157, 158, 159, 161, 162

Feminismos 15, 17, 18, 20, 21, 24, 25

G

Género 10, 11, 12, 13, 14, 25, 28, 29, 37, 40, 41, 46, 48, 49, 52, 95, 98, 102, 131, 132, 133, 134, 135, 136, 137, 138, 139, 140, 141, 142

Gênero 1, 2, 7, 8, 9, 10, 11, 12, 13, 16, 17, 18, 20, 22, 24, 25, 26, 27, 28, 29, 30, 31, 32,

33, 34, 35, 36, 37, 38, 39, 41, 42, 45, 46, 48, 49, 50, 51, 53, 57, 59, 60, 61, 63, 72, 75, 77, 79, 82, 83, 87, 88, 90, 91, 92, 95, 96, 97, 98, 99, 100, 101, 102, 114, 116, 117, 118, 120, 121, 128, 130, 131, 143, 146, 147, 152, 156, 159, 162, 163, 164, 165, 166, 167, 169, 173, 174, 175, 176, 177, 178

Grupos de estudo 103, 104

Grupos de intervenção 26, 31

I

Igualdade de gênero 45, 48, 49, 75, 87, 98, 164, 165, 166, 169, 173, 174

Importunação sexual 15, 16, 18, 19, 20, 25

Intervenção psicológica 26, 32

L

Lugar esportivo 154, 158

Lugar social 2, 3, 154, 158

M

Masculinidade 26, 27, 28, 29, 30, 34, 38, 99, 116, 117, 118, 119, 120, 121, 122, 125, 127, 128, 129, 130, 131, 155, 159, 160, 161, 163

México 26, 29, 30, 34, 35, 36, 37, 39, 41, 48, 52, 141, 142

Morte trágica 78

Mulheres 1, 2, 3, 5, 6, 7, 9, 10, 11, 12, 13, 14, 15, 16, 17, 18, 19, 20, 21, 22, 23, 24, 25, 27, 28, 29, 30, 31, 32, 33, 34, 35, 36, 37, 38, 39, 42, 45, 46, 47, 48, 49, 50, 51, 52, 55, 57, 63, 64, 65, 70, 72, 74, 75, 77, 79, 80, 82, 83, 84, 87, 88, 94, 95, 97, 99, 101, 102, 114, 115, 117, 118, 119, 120, 128, 129, 131, 147, 156, 157, 158, 159, 160, 162, 163, 165, 166, 167, 168, 170, 171, 173, 174, 175, 176, 177

P

Participação popular 42, 167

Paternidade adolescente 132, 133, 134, 136, 140

Pertencimento racial 103, 104, 105

Pessoas Transgênero 154

Planos Municipais de Educação (PME) 90

Políticas públicas 41, 42, 45, 46, 47, 48, 49, 52, 53, 59, 61, 82, 113, 119, 132, 133, 138, 142, 147, 174, 175

Promoção da saúde 143, 151

R

Representações femininas 1

Representações negras 64

S

Santarém 164, 166, 169, 170, 171, 174

Santidade 78, 80, 83, 85, 86, 87

Saúde da mulher 42, 45, 46, 47, 49, 50, 51, 149

Semiárido 90, 91, 92, 93, 94, 95, 96, 97, 99, 100, 101, 102

Semiótica 64, 66

Sexualidade 8, 12, 18, 30, 41, 51, 84, 85, 87, 88, 90, 95, 99, 116, 119, 120, 121, 126, 129, 130, 131, 143, 144, 145, 146, 147, 148, 149, 150, 151, 152, 153, 162, 163, 176, 177, 178

Sofrimento 17, 31, 79, 80, 83, 116, 117, 120, 125, 126, 127, 129

T

Teorias da justiça 1

Trabalho formal 164, 166, 169, 171, 173, 174

V



Violência doméstica 11, 16, 17, 20, 26, 29, 30, 33, 34, 35, 36, 38, 53, 54, 55, 56, 57, 58, 59, 61, 62, 79, 88

Violência masculina 26, 33, 39

Cultura, gênero e sexualidade:

Sujeitos, processos sociais e práticas educativas



 www.atenaeditora.com.br
 contato@atenaeditora.com.br
 [@atenaeditora](https://www.instagram.com/atenaeditora)
 www.facebook.com/atenaeditora.com.br

 **Atena**
Editora

Ano 2021

Cultura, gênero e sexualidade:

Sujeitos, processos sociais
e práticas educativas



🌐 www.atenaeditora.com.br
✉ contato@atenaeditora.com.br
📷 @atenaeditora
📘 www.facebook.com/atenaeditora.com.br

Atena
Editora
Ano 2021